

GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO PAULO

Termo de Referência 111/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
111/2026	120633-GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO PAULO	TAMARA SIMOES DUARTE	09/04/2026 09:30 (v 0.10)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		67438.001970/2026-19

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 67438.001970/2026-19)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de reagentes e materiais laboratoriais nos termos da tabela em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e Apêndices.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado, conforme Inciso XIII do Art. 6º da Lei 14133/21.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG.
- 1.6.1. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes da Relação de Itens (CATMAT), ou seja, aqueles descritos no Sistema ComprasNet, e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.
- 1.7. A presente aquisição esta devidamente contemplada no Plano de Gestão de Logística Sustentável do Hospital de Força Aérea de São Paulo - PLS.
- 1.8. A contratação está enquadrada nos seguintes códigos de PDM:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PDM
1	REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO DE C3 EM SORO E PLASMA HUMANOS POR IMUNOTURBIDIMETRIA NO EQUIPAMENTO COBAS 6000 - 501C - ROCHE DEVERÃO SER FORNECIDOS TODOS OS CONTROLES, CALIBRADORES E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DO EXAME	18984
	REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO DE C4 EM SORO E PLASMA	

2	HUMANOS POR IMUNOTURBIDIMETRIA NO EQUIPAMENTO COBAS 6000 - 501C ROCHE- DEVERÃO SER FORNECIDOS TODOS OS CONTROLES, CALIBRADORES E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DO EXAME	18984
3	REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE IMUNOGLOBULINA A HUMANA (IgA) EM SORO E PLASMA POR IMUNOTURBIDIMETRIA NO EQUIPAMENTO COBAS 6000 - 501C - ROCHE DEVERÃO SER FORNECIDOS TODOS OS CONTROLES, CALIBRADORES E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DO EXAME	18984
4	REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE IMUNOGLOBULINA G HUMANA (IgG) EM SORO, PLASMA E LCR POR IMUNOTURBIDIMETRIA NO EQUIPAMENTO COBAS 6000 - 501C - ROCHE DEVERÃO SER FORNECIDOS TODOS OS CONTROLES, CALIBRADORES E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DO EXAME	18984
5	REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE IMUNOGLOBULINA M HUMANA (IgM) EM SORO E PLASMA POR IMUNOTURBIDIMETRIA NO EQUIPAMENTO COBAS 6000 - 501C - ROCHE DEVERÃO SER FORNECIDOS TODOS OS CONTROLES, CALIBRADORES E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DO EXAME	18984
6	REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA IN VITRO DA AVIDEZ DOS ANTICORPOS IGG ANTI TOXOPLASMA GONDII EM SORO E PLASMA HUMANOS POR ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA NO EQUIPAMENTO COBAS 6000 - 601C - ROCHE DEVERÃO SER FORNECIDOS TODOS OS CONTROLES, CALIBRADORES E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DO EXAME	19027
7	REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA IN VITRO DA TRIIODOTIRONINA LIVRE (T3 LIVRE) EM SORO E PLASMA HUMANOS POR ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA NO EQUIPAMENTO COBAS 6000 - 601C - ROCHE DEVERÃO SER FORNECIDOS TODOS OS CONTROLES, CALIBRADORES E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DO EXAME	2592
8	REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DO ANTÍGENO E DA HEPATITE B (HBeAg) -HBE EM SORO E PLASMA HUMANOS POR ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA NO EQUIPAMENTO COBAS 6000 - 601C - ROCHE DEVERÃO SER FORNECIDOS TODOS OS CONTROLES, CALIBRADORES E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DO EXAME	11521
9	REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DA AVIDEZ DOS ANTICORPOS IGG ANTI-CITOMEGALOVÍRUS EM SORO E PLASMA HUMANOS POR ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA NO EQUIPAMENTO COBAS 6000 - 601C - ROCHE DEVERÃO SER FORNECIDOS TODOS OS CONTROLES, CALIBRADORES E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DO EXAME	19027
10	REAGENTE PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DOS ANTICORPOS IGG ANTI-VÍRUS EPSTEIN-BARR (EBV) , INCLUINDO ANTÍGENOS DA CÁPSIDE VIRAL EM SORO PLASMA HUMANOS POR ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA NO EQUIPAMENTO COBAS 6000 - 601C - ROCHE DEVERÃO SER FORNECIDOS TODOS OS CONTROLES, CALIBRADORES E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DO EXAME	19027
11	REAGENTE PARA DETECÇÃO QUALITATIVA IN VITRO DOS ANTICORPOS IGM ANTI-VÍRUS EPSTEIN- BARR (EBV) EM SORO E PLASMA HUMANOS POR ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA NO	19027

	EQUIPAMENTO COBAS 6000 - 601C - ROCHE DEVERÃO SER FORNECIDOS TODOS OS CONTROLES, CALIBRADORES E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DO EXAME	
12	REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA IN VITRO DOS ANTICORPOS DA CLASSE IGG ANTI-HSV-1 EM SORO E PLASMA HUMANOS POR ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA NO EQUIPAMENTO COBAS 6000 - 601C - DEVERÃO SER FORNECIDOS TODOS OS CONTROLES, CALIBRADORES E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DO EXAME	11426
13	REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA IN VITRO DOS ANTICORPOS DA CLASSE IGG ANTI-HSV-2 EM SORO E PLASMA HUMANOS POR ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA NO EQUIPAMENTO COBAS 6000 - 601C - ROCHE DEVERÃO SER FORNECIDOS TODOS OS CONTROLES, CALIBRADORES E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DO EXAME	11426
14	REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE IMUNOGLOBULINA E HUMANA (IgE) EM SORO E PLASMA POR ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA NO EQUIPAMENTO COBAS 6000 - 601C - ROCHE DEVERÃO SER FORNECIDOS TODOS OS CONTROLES, CALIBRADORES E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DO EXAME	19105
15	FRASCO LABORATÓRIO, MATERIAL PLÁSTICO, TRANSPARENTE, FORMA CILÍNDRICA, CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 30 ML, TIPO TAMPA DE PRESSÃO	6991
16	CORANTE, TIPO CONJUNTO PARA COLORAÇÃO ÁCIDO PERIÓDICO/SCHIFF (PAS), SOLUÇÃO LÍQUIDA PRONTA PARA USO, DESTINADA À COLORAÇÃO HISTOLÓGICA DE TECIDOS, ACONDICIONADA EM FRASCO RESISTENTE, DEVIDAMENTE VEDADO, COM IDENTIFICAÇÃO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	13893
17	CORANTE PARA PAPANICOLAU EA 36, SOLUÇÃO LÍQUIDA PRONTA PARA USO, DESTINADA À COLORAÇÃO CITOLÓGICA PELO MÉTODO DE PAPANICOLAU, ACONDICIONADA EM FRASCO RESISTENTE, DEVIDAMENTE VEDADO, COM IDENTIFICAÇÃO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	13893
18	CORANTE ALARANJADO G (ORANGE G-6), SOLUÇÃO LÍQUIDA PRONTA PARA USO, DESTINADA À COLORAÇÃO CITOLÓGICA PELO MÉTODO DE PAPANICOLAU, ACONDICIONADA EM FRASCO RESISTENTE, OPACO OU ÂMBAR, DEVIDAMENTE VEDADO, COM IDENTIFICAÇÃO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, PRODUTO INDICADO PARA COLORAÇÃO DE PAPANICOLAU.	13893
19	MEIO DE MONTAGEM DESTINADA À FIXAÇÃO DE LÂMINAS PARA MICROSCOPIA, TIPO ENTELLAN, ACONDICIONADA EM FRASCO RESISTENTE, DEVIDAMENTE VEDADO, COM IDENTIFICAÇÃO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, PRODUTO INDICADO PARA MONTAGEM DE LÂMINAS DE HISTOLOGIA E CITOLOGIA	14801
20	EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE, FORMA DE SACO, TAMANHO DE APROXIMADAMENTE 35X45 CM DE COMPRIMENTO E ALTURA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALTA DENSIDADE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,26 MM . PACOTE COM 100 UNIDADES.	1275
21	EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE, FORMA DE SACO, TAMANHO DE APROXIMADAMENTE 15X20 CM DE COMPRIMENTO E ALTURA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALTA DENSIDADE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,26 MM. PACOTE COM 100 UNIDADES.	11902
22	EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE, FORMA DE SACO, TAMANHO DE APROXIMADAMENTE 20X30 CM DE COMPRIMENTO	1275

	E ALTURA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALTA DENSIDADE COM ESPESSURA MINIMA DE 0,26 MM. PACOTE COM 100 UNIDADES.	
23	HEMATOXILINA DE HARRIS, SOLUÇÃO LÍQUIDA PRONTA PARA USO, DESTINADA À COLORAÇÃO HISTOLÓGICA E CITOLÓGICA, ACONDICIONADA EM FRASCO RESISTENTE, DEVIDAMENTE VEDADO, COM IDENTIFICAÇÃO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, PRODUTO INDICADO PARA USO EM DIAGNÓSTICO LABORATORIAL.	13893
24	CORANTE DE GIEMSA, SOLUÇÃO LÍQUIDA PRONTA PARA USO, DESTINADA À COLORAÇÃO CITOLÓGICA E HISTOLÓGICA, ACONDICIONADA EM FRASCO RESISTENTE, DEVIDAMENTE VEDADO, COM IDENTIFICAÇÃO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	13893
25	CHAGAS, PESQUISA, REAGENTE PARA DIAGNOSTICO CLINICO, CONJUNTO COMPLETO, PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-TRYPANOSOMA CRUZI, MÉTODO HEMAGLUTINAÇÃO INDIRETA	19105

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.Em atendimento às disposições constantes do inciso I do art. 18, da Lei nº. 14133/2021, o qual determina que “a autoridade competente justificará a necessidade da contratação”, esclareço que, conforme estabelece o Regimento Interno do Hospital de Força Aérea de São Paulo (HFASP), cabe ao HFASP “Prestar serviços de excelência em saúde nas dimensões assistencial, pericial e operacional de acordo com as diretrizes do Comando da Aeronáutica, de forma humanizada, segura e sustentável; bem como promover e fomentar o ensino e a pesquisa científica básica e aplicada”.

2.2. Dessa maneira, este processo visa à aquisição de reagentes de Bioquímica, Imunologia e Hormônios para aumento do rol de exames da Subdivisão de Análises Clínicas do HFASP. Considerando a crescente demanda assistencial e a necessidade de equiparação técnica entre os laboratórios do Hospital de Força Aérea de São Paulo (HFASP) e do Hospital Central da Aeronáutica (HCA), torna-se imprescindível a ampliação do rol de exames ofertados pela Subdivisão de Análises Clínicas deste Hospital. Tal medida visa garantir a manutenção da excelência nos serviços laboratoriais prestados, assegurando maior resolatividade diagnóstica, redução do tempo de resposta dos exames e, conseqüentemente, melhor suporte às decisões clínicas da equipe médica. A presente solicitação está em consonância com os contratos vigentes nº 061/GAPSP/2022 e nº 070/GAPSP/2022, os quais contemplam o fornecimento de reagentes para os equipamentos atualmente em uso no HFASP. A aquisição dos insumos previstos permitirá a plena utilização da capacidade analítica instalada. Assim, a ampliação do portfólio de exames laboratoriais se apresenta como medida necessária e estratégica para a melhoria contínua da qualidade do atendimento no HFASP, alinhando-se às diretrizes de padronização e modernização da rede de saúde da Força Aérea Brasileira.

2.3. Além disso, a contratação engloba também a aquisição de reagentes e materiais laboratoriais para o Laboratório de Anatomia de Patológica que são insumos essenciais à realização de exames anatomopatológicos, imprescindíveis ao diagnóstico de diversas patologias, inclusive neoplasias, cuja tempestividade impacta diretamente na conduta terapêutica e no prognóstico dos pacientes.

2.4. Em relação à estimativa de quantidades, a metodologia utilizada para o cálculo foi:

a) Para os itens 1 a 14: A presente contratação refere-se à primeira aquisição de kits de reagentes de imunologia e bioquímica para viabilizar a ampliação do rol de exames realizados pelo laboratório clínico do HFASP. A estimativa das quantidades foi definida com base em critérios técnicos, operacionais e econômicos tais como a quantidade necessária para cobrir o período inicial de implantação e validação dos novos exames. Os reagentes possuem validade on board limitada nos equipamentos ou seja, após abertura e inserção no sistema, os kits devem ser utilizados em curto prazo (geralmente entre 30 dias e 60 dias) além disso, os reagentes são comercializados em kits fechados com quantitativo de testes padronizado, geralmente contendo insumos suficientes para um número fixo de exames em apresentações de 100, 150 ou 200 testes por kit. A estimativa considerou a menor apresentação disponível para cada tipo de exame, permitindo maior flexibilidade na gestão do estoque e evitando perdas por vencimento. A demanda foi projetada com base no histórico de encaminhamentos de exames para laboratórios conveniados bem como o perfil epidemiológico dos pacientes atendidos. A aquisição em menor escala permite testar a eficiência operacional, validar protocolos e ajustar o consumo real antes de futuras compras em maior volume reduzindo riscos financeiros e operacionais, promovendo economicidade e sustentabilidade da implantação.

b) Para os itens 15 a 25: O estoque atual encontra-se em nível crítico, com risco iminente de desabastecimento. Sendo assim, os quantitativos foram estimados com base no consumo médio dos últimos 12 meses; na demanda reprimida existente; e na projeção de exames até a conclusão de novo processo licitatório regular. O acréscimo quantitativo considerado decorre do aumento da demanda verificado nos últimos anos, conforme demonstrado em estatística anual. Esclarece-se que, no exercício de 2025, houve redução pontual

na produção de exames, em razão de o setor contar com apenas um médico patologista responsável pela leitura e liberação dos laudos, o que impactou temporariamente o volume processado. Todavia, os dados dos anos anteriores refletem de forma mais fidedigna o quantitativo real da demanda do setor, motivo pelo qual o acréscimo estimado considerou a tendência histórica de consumo.

2.4.1. A planilha de Memória de Cálculo e os documentos que deram suporte foram inseridos ao processo.

2.5. Em atenção ao parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 10.947/2022, o objeto da contratação está previsto no Planejamento Anual de Aquisições e Contratações (PAAC) de 2026, disposto no Portal da Força Aérea Brasileira, <https://www2.fab.mil.br/paac/>, conforme detalhamento a seguir:

I) Região/Unidade: São Paulo/GAP-SP

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025

III) Código de planejamento do objeto no PAAC: 120633-174/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. O objeto desta contratação é a aquisição de reagentes e materiais laboratoriais para o Laboratório de Análises Clínicas e Laboratório de Anatomia Patológica para garantir o atendimento de excelência dos pacientes do Hospital de Força Aérea de São Paulo.

3.2. A solução escolhida contempla reagentes compatíveis com os sistemas analíticos existentes, evitando custos adicionais com adaptações ou aquisição de novos equipamentos. A internalização de exames reduz gastos com envio de amostras para laboratórios externos, transporte, logística e retrabalho, além de acelerar a liberação de laudos. Após análise técnica e econômica, a melhor solução encontrada foi a contratação direta de fornecedor autorizado dos reagentes compatíveis com os equipamentos do laboratório, com base na dispensa de licitação prevista na Lei 14.133/2021, art. 75, inciso II.

3.2. Considerando a necessidade de contratação e alternativas possíveis de mercado, entende-se que a solução factível é a aquisição através de Dispensa Eletrônica com Sistema de Registro de Preços, que possui fundamento legal no art. 75, II da Lei nº 14.133, de 2021 e incisos I e V, do Art. 3º do Decreto 11.462/23, tendo em vista que se trata da aquisição de bens comuns com necessidade de contratações permanentes e que há impossibilidade da aferição exata da demanda.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA.

4.1.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NRB – 15448-1 e 15448-2.

4.1.3. Acondicionar os bens, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.4. Entregar bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as seguintes justificativas :

4.2.1. Para os itens 1 ao 14 o material deverá ser da marca ROCHE por questão de compatibilidade com os equipamentos em que serão utilizados. É prática padrão para os equipamentos da linha Cobas. Os equipamentos em questão realizam a leitura de código de barras para reconhecimento dos reagentes que são exclusivos da marca portanto, a utilização de reagentes similares

de outras marcas não é compatível com o sistema de validação e controle dos equipamentos utilizados no HFASP. O uso de reagentes de outras marcas pode comprometer a garantia do equipamento e a certificação dos resultados uma vez que o desempenho não foi testado e validado pelo fabricante.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Requisitos Gerais

4.5. Para os itens 1 ao 14, a contratada deverá atender aos requisitos mínimos relacionados a seguir:

4.5.1. Fornecimento de reagentes para uso no equipamento COBAS 6000 - 501C – ROCHE por metodologia de Imunoturbidimetria para os itens de 1 a 5 e no equipamento COBAS 6000 - 601C ROCHE por metodologia de eletroquimioluminescência para os itens 6 a 14 com respectivos registros na ANVISA. **O proponente deverá descrever na proposta o número do registro dos produtos junto à Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.**

4.5.2. Em relação aos controles e calibradores deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Os controles e calibradores deverão contemplar todos parâmetros adquiridos e reproduzir os valores estabelecidos pelo fabricante.
- Deverão ser fornecidos pelo menos dois níveis de controle interno para cada parâmetro totalmente automatizado, multiparamétrico e de acesso randômico e os calibradores para calibração dos testes adquiridos
- Deverão ser fornecidos todos os acessórios e materiais de consumo necessários para utilização dos reagentes nos equipamentos

4.5.3. Treinamento aos usuários do serviço, manual e software em português.

4.5.4. Os reagentes, controles e calibradores entregues não devem possuir validade inferior a 80% de sua validade plena, de acordo com o estipulado pelo fabricante. Caso o fornecedor não atenda ao requisito, o recebimento do produto poderá ser autorizado, mediante carta de comprometimento de troca.

4.5.5. As entregas deverão ser parceladas, conforme demanda do contratante.

4.5.6. Os produtos entregues pelas empresas contratadas devem estar em suas embalagens originais, sem sinais de violação e em perfeito estado de conservação, inclusive quanto às condições de transporte e o intervalo de temperatura para conservação dos materiais no acondicionamento.

4.5.7. Os reagentes devem apresentar-se prontos para uso em frascos com perfeita vedação, mesmo após a abertura do lacre ou em posição horizontal, não permitindo vazamentos ou a evaporação dos reagentes. Os reagentes deverão ser da mesma marca e portanto compatíveis com os equipamentos COBAS 6000 - 501C – ROCHE e COBAS 6000 - 601C respectivamente.

4.5.8. Os reagentes devem apresentar boa estabilidade depois de abertos, com prazo de 1 (um) mês de validade após abertos. EMBALAGEM: acondicionado de acordo com a praxe do fabricante, de forma a garantir a integridade do produto até o uso, no rótulo deverá constar: conteúdo; marca comercial; procedência de fabricação; prazo de validade e demais dados que constem na Lei 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

4.6. Para os itens 15 ao 25, a contratada deverá fornecer os materiais com prazo de validade mínimo de 75% do total no momento da entrega.

4.7. Exceto os itens 20, 21 e 22, os itens deverão conter registro ANVISA e Conformidade com padrões técnicos para uso em diagnóstico in vitro, quando aplicável.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 5 (cinco) dias, contados da emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Laboratório de Análises Clínicas do Hospital de Força Aérea de São Paulo. Av. Olavo Fontoura, 1.400 – Santana – São Paulo, CEP 02012-021.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de

atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,33%** (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
 - 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do Mapa comparativo de Preços, em 13/03/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na forma de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.1.1. Será realizada a Dispensa com Sistema de Registro de Preços, devido a necessidade de contratações permanentes e pela impossibilidade da aferição exata da demanda, enquadrando-se nos incisos I e V, do Art. 3º do Decreto 11.462/23

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA.

9.13. Licença Sanitária atualizada expedida pela vigilância sanitária, conforme a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

9.14. Comprovação de Cópia da publicação no Diário Oficial da União (DOU) ou da Resolução Específica (RE) emitida pela ANVISA do Registro do Produto (reagentes e insumos), conforme a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]
- 9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

- 9.24. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.24.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 9.24.1.1. Deverão ser fornecidos atestados referentes aos seguintes itens, por serem a parcela mais relevante da contratação: Itens 1 ao 14.
- 9.24.1.2. Deverão ser fornecidos atestados de no mínimo 1% (um por cento) do produto compatível com o item para qual a empresa ofertar
- 9.24.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.
- 9.24.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.24.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

- 9.25. Apresentação de vínculo do Responsável Técnico, com registro no respectivo Conselho profissional.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.26. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.27. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.28. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.29. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.30. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 65.343,12 (sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e três reais e doze centavos), conforme custos unitários apostos no Apêndice - Lista de Itens.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 00001/120633;
- II) Fonte de recursos: 1005000140;
- III) Programa de trabalho: 214550;
- IV) Elemento de despesa: 339030; e
- V) Plano interno: CG190904200.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilas.

Conforme data da assinatura digital.

Anexos:

I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

II - Termo de Ciência e Concordância

Apêndice:

I - Lista de Itens

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;

4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a *Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAISSA FIDELIS BAETA NEVES

Equipe de Planejamento da Contratação

Despacho: Considerando que o Termo de Referência elaborado apresenta-se de forma oportuna e conveniente para atender a demanda exposta, aprovo este termo.

LUCI ALCIONE APOCALYPSE DA CUNHA

Autoridade competente



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	7. TERMO DE REFERÊNCIA
Data/Hora de Criação:	16/03/2026 19:40:08
Páginas do Documento:	18
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	19
Hash MD5:	ecc293abd302f355d9d2a94991bb866d
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten ÉRICO GUSTAVO DA SILVA RUIZ no dia 09/04/2026 às 11:22:32 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten RAÍSSA FIDELIS BAÊTA NEVES no dia 09/04/2026 às 20:19:07 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento TAMARA SIMÕES DUARTE no dia 10/04/2026 às 08:44:18 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten JERÔNIMO PETRONILIO DE ALMEIDA MUNHOZ no dia 10/04/2026 às 08:47:19 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten ARNALDO ALVES DA CONCEIÇÃO NETO no dia 10/04/2026 às 12:03:29 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel ALEXANDRE ALDIR SOARES PAES no dia 13/04/2026 às 09:02:06 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Brig Med LUCI ALCIONE APOCALYPSE DA CUNHA no dia 13/04/2026 às 09:25:27 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO